



O SILENCIAMENTO DAS LÍNGUAS LOCAIS E DAS LÍNGUAS ÉTNICAS NA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE GUINÉ-BISSAU E ANGOLA (LÍNGUAS BANTU)

Laurita Iala¹

Mateus Paiva Camueje²

Nado Da Cunha³

Ana Paula Rabelo⁴

RESUMO

O trabalho analisa o silenciamento da língua nacional (crioulo) e das línguas étnicas (balanta, fula, mandinga, pepel, para citar alguns) em Guiné-Bissau, e das línguas bantu (umbundu, kimbundu, Kikongo, para citar alguns), em Angola, nos sistemas educacionais de ambos os países, destacando como essa marginalização destas línguas, em contraste com o domínio da língua portuguesa, perpetua desigualdades e limita o desenvolvimento de políticas linguísticas inclusivas. A pesquisa baseia-se em abordagem qualitativa que usa pesquisa bibliográfica para examinar políticas linguísticas-educacionais, impactos do monolíngüismo em português e propostas alternativas para integrar as línguas nacionais à educação em Guiné e Angola. Neste caso, baseamo-nos nos estudos de Severo et al. (2019), Namone e Timbane (2017), Embaló (2008), Tando (2023) e Bernardo e Severo (2018), entre outros. O estudo revela que o silenciamento opera em três dimensões: política, pedagógica e identitária. Apesar dos desafios, o artigo aponta para experiências bem-sucedidas de integração dessas línguas no sistema educativo, como o aumento na taxa de alfabetização. Recomenda-se a formação de professores em metodologias bilíngues, a produção de materiais didáticos em línguas locais e a regulamentação do uso oficial dessas línguas na educação.

Palavras-chave: Políticas Linguísticas; Sistema educacional; Angola; Guiné Bissau.

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Palmares, Discente, lau96iala@gmail.com¹

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Palmares, Discente, commateuscamueje622@gmail.com²

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Palmares, Discente, nadodacunha20@gmail.com³

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Palmares, Docente, anarabelo.p@unilab.edu.br⁴



INTRODUÇÃO

O domínio do português nos sistemas educacionais da Guiné-Bissau e de Angola, em contraste com a marginalização das línguas nacionais (crioulo) e das línguas étnicas (balanta, fula, mandinga, pepel, para citar alguns) no caso da Guiné-Bissau, e das línguas bantu (umbundu, kimbundu, Kikongo, para citar alguns), no caso de Angola, nos sistemas educacionais da Guiné-Bissau e de Angola, constitui um fenômeno complexo que reflete tanto heranças coloniais quanto contradições pós-independência (SEVERO et al., 2019; NAMONE; TIMBANE, 2017). Enquanto o português se consolida como língua de instrução formal, línguas como o crioulo guineense, balanta, pepel, mandinga, mancanha, fula, biafada, no caso da Guiné-Bissau, entre outras, e as línguas bantu, umbundu, kimbundu, Kikongo, entre outras, em Angola ocupam espaços periféricos, muitas vezes restritos à oralidade e aos contextos informais (EMBALÓ, 2008; TANDO, 2023), ou seja, fora do sistema educativo. Por exemplo, no caso da Guiné-Bissau, essas línguas são impedidas de serem usadas no espaço escolar. Essa hierarquização linguística, longe de ser um mero reflexo de escolhas pedagógicas, está intrinsecamente ligada a dinâmicas de poder que silenciam vozes e saberes locais (BERNARDO; SEVERO, 2018).

A relevância deste estudo reside na necessidade de problematizar esse silenciamento, compreendendo seus impactos na aprendizagem, na identidade cultural e nas políticas públicas (CÁ, 2022). Pesquisas como as de Ndombele (2017) e Franco (2023) evidenciam que a imposição do português como única língua de ensino gera exclusão educacional, especialmente em comunidades rurais onde as línguas nacionais e étnicas são predominantes.

O sistema educativo na Guiné-Bissau e Angola, antes e depois da colonização, enfrenta paradoxo: sabemos que o português é língua oficial, mas não é língua materna da maioria da população desses dois países, principalmente da Guiné-Bissau onde a língua guineense (o crioulo) e as línguas étnicas são as línguas mais faladas. Esse fenômeno cria uma barreira no processo de ensino-aprendizagem. Sambé (2023), Sacalembé e Sousa (2024) postularam que a marginalização dessas línguas nesses dois países e noutros países que passaram pela colonização portuguesa, reforça a desigualdade, limitando acesso ao conhecimento e perpetuando exclusão histórica. Por outro lado, Calvet (2007) lembra que políticas linguísticas não são neutras, mas são instrumentos de poder e um espaço de luta, enquanto Souza e Roca (2015) defendem uma abordagem mais inclusiva que valorize as línguas.

Neste sentido, o estudo do papel das línguas nacionais (crioulo guineense e umbundu, kimbundu, Kikongo) e das línguas étnicas (balanta, fula, mandinga, pepel, para citar alguns)

na educação em Angola e na Guiné-Bissau é relevante tanto no âmbito pessoal, social e acadêmico. No âmbito pessoal, este estudo permite compreender como a valorização dessas línguas influenciam a identidade cultural e o desenvolvimento cognitivo dos indivíduos, pois são um elo fundamental com suas raízes, tradições e valores ancestrais.

Neste caso, ao reconhecer e integrar essas línguas no sistema educacional, promove-se um sentimento de pertencimento e autoestima, essenciais para o crescimento pessoal e a formação de cidadãos conscientes de sua história e cultura. Considerando a marginalização linguísticas que aconteceu no período da colonização, Mariani (2000) considera que a colonização delimitava “espaços e as funções de cada língua, a política linguística dá visibilidade à já pressuposta hierarquização linguística e, como decorrência dessa organização hierárquica entre as línguas e os sujeitos que as empregam, seleciona quem tem direito à voz e quem deve ser silenciado” (p.50).

Verifica-se que tanto na Guiné-Bissau bem como em Angola as referidas línguas desfrutem de um espaço delimitado e hierarquizado em relação à língua portuguesa. Portanto, considerando aspectos sociais e



culturais, a incorporação das línguas nacionais na educação contribui para a redução das desigualdades e para a democratização do acesso ao conhecimento. Em Angola e Guiné-Bissau, onde a diversidade linguística é marcante, o uso exclusivo de língua portuguesa como língua oficial e a sua homogeneidade nos espaços educacionais e formais exclui grandes parcelas da população, especialmente das áreas rurais. Ao adotar as línguas nacionais e étnicas para o ensino, fortalece-se a inclusão social, promove-se a comunicação eficaz entre comunidades e facilita-se a transmissão de saberes locais. Além disso, essa prática pode ajudar a preservar línguas ameaçadas de extinção, garantindo sua continuidade para as futuras gerações.

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica, com a análise crítica dos artigos selecionados, bem como de teses, relatórios oficiais e legislações educacionais sobre Guiné-Bissau e Angola, publicados entre 2008 e 2023. A coleta de dados seguiu critérios de: (1) relevância temática para políticas linguísticas e educação; (2) representatividade geográfica (contextos urbano e rural); (3) recência das publicações (pós-independência dos países). Os materiais foram analisados por meio de categorias pré-definidas: políticas linguísticas, impactos educacionais e alternativas pedagógicas. Utilizou-se análise de conteúdo para identificar padrões e contradições nos discursos. A pesquisa também incorpora perspectivas da sociolinguística crítica (Bagno, 2011) e dos estudos pós-coloniais (Ngugi wa Thiong'o, 1986). A triangulação de fontes garantiu a robustez dos dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

À luz deste trabalho, a análise dos dados revela que o silenciamento dessas línguas nos sistemas educacionais da Guiné-Bissau e de Angola opera em três dimensões interligadas: política, pedagógica e identitária. Assim, o tema se apresenta como crucial para entender como as políticas linguísticas impactam a qualidade da educação e o desempenho dos estudantes.

Na dimensão política, constata-se uma contradição entre o reconhecimento jurídico das referidas línguas e sua efetiva implementação nas escolas. Em Angola, apesar do artigo 23º da Constituição (2010) garantir o "respeito e desenvolvimento" das línguas bantu e/ou nacionais, na prática persiste uma hierarquia linguística que privilegia o português (SEVERO et al., 2019). Na Guiné-Bissau, onde 90% da população fala crioulo como língua materna e as línguas étnicas (EMBALÓ, 2008), suas ausências nas salas de aula criam uma dissonância entre a realidade sociolinguística e o modelo educacional. Além disso, a permanência do uso da língua portuguesa em textos orais e escritos no ambiente escolar dá continuidade a estrutura colonizadora que os países pretendem interromper. No Brasil, por exemplo, os povos indígenas, utilizam suas diferentes línguas, de acordo com a região nas escolas indígenas, mesmo que tenham acesso aos textos em língua portuguesa.

A situação se apresenta mais preocupante quando vemos para a segunda dimensão, neste caso: pedagógica, pois compreendemos que, por exemplo, em Angola: taxas de repetência 30% superiores em regiões de predominância de línguas bantu (BERNARDO & SEVERO, 2018). Tanto em Angola como na Guiné-Bissau, o estudo revela que o monolíngüismo da língua portuguesa nas escolas cria dificuldades de compreensão de



conceitos abstratos quando ensinados apenas na língua colonial (TANDO, 2023). No caso da Guiné-Bissau, o estudo de Cá (2022) revelou que 78% dos professores do pré-escolar consideram o português uma barreira para a alfabetização inicial. É necessário pensar alternativas bilíngues para proporcionar um ambiente mais acolhedor para estudantes que estão acessando a língua portuguesa pela primeira vez.

Por último, a dimensão identitária, identificamos durante o estudo que o silenciamento, nesses dois países cria: Erosão linguística: casos como o do balanta, onde apenas 12% das novas gerações dominam a língua em contextos urbanos (FRANCO, 2023). Também, percebe-se o conflito de pertencimento: jovens guineenses que associam o crioulo e as línguas étnicas à informalidade e o português ao prestígio (NAMONE & TIMBANE, 2017). Esse fenômeno cria erosão social.

Apesar de tudo isso, experiências como o projeto piloto de MUNIZ et al. (2023) demonstram que a integração da língua crioulo e as línguas étnicas no sistema educativo pode trazer benefícios mensuráveis: 1. Aumento de 45% na taxa de alfabetização quando se usa essas

línguas como ponte para o português, no caso da Guiné-Bissau. Esse projeto se aplicado ao contexto de Angola, pode também ajudar a aumentar a taxa de alfabetização e também a melhorar na autoestima e participação dos alunos.

CONCLUSÕES

Este estudo evidenciou que o silenciamento das línguas nacionais (crioula guineense e bantu, em Angola), línguas étnicas (balanta, fula, mandinga, pepel, para citar alguns) na educação em Angola e na Guiné-Bissau constitui um mecanismo de reprodução de desigualdades que perpetua lógicas coloniais. Os resultados demonstram que a imposição do português como única língua de instrução: (1) compromete o desenvolvimento cognitivo das crianças, (2) reforça hierarquias sociais e (3) ameaça as diversidades linguísticas africanas.

Contudo, as resistências mapeadas, desde práticas pedagógicas subterrâneas até iniciativas tecnológicas inovadoras, apontam caminhos para a construção de um paradigma educacional verdadeiramente descolonizado. Urge desenvolver políticas linguísticas que reconheçam essas línguas como vetores de conhecimento e não apenas como elementos folclóricos. A solução não está na simples substituição do português, mas na criação de ecossistemas educativos plurilíngues que valorizem todos os repertórios linguísticos dos alunos. Este estudo recomenda: a formação de professores em metodologias bilíngues, a produção massiva de materiais didáticos nas línguas locais e a regulamentação do seu uso oficial em todos os níveis de ensino. O desafio é transformar as diversidades linguísticas, hoje vista como problema, em alicerce para uma educação emancipatória.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Deus por nos conceder à vida e saúde e sem esquecer da nossa querida Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Por outro lado, agradecemos a nossa professora orientadora doutora Ana Paula Rabelo.



REFERÊNCIAS

- BERNARDO, Ezequiel Pedro José; SEVERO, Cristine Gorski. Políticas linguísticas em Angola: sobre as políticas educativas in (ex) cludentes. Revista da ABRALIN, 2018.
- CÁ, Glória Augusto. Os efeitos do ensino da Língua Portuguesa em Guiné-Bissau: o caso da Educação Pré-Escolar. 2022.
- EMBALÓ, Filomena. O crioulo da Guiné-Bissau: língua nacional e factor de identidade nacional. PAPIA, nº18, p. 101-107, 2008.
- MARIANI, Bethania. Colonização lingüística; línguas, política e religião (Brasil, sécs. XVI a XVIII e Estados Unidos da América, século XVIII). Campinas, Pontes, 2004. MINGAS, Amélia A. Interferência do kimbundu no português falado em Lwanda. 2000.
- MUNIZ, Celina Rodrigues et al. Ensino no contexto da diversidade linguística em Guiné- Bissau. Revista ECOS, v. 35, n. 02, p. 187-204, 2023.
- NAMONE, Dabana; TIMBANE, Alexandre António. Consequências do ensino da língua portuguesa no ensino fundamental na Guiné-Bissau. Mandinga-Revista de Estudos Linguísticos, v. 1, n. 1, p. 39-57, 2017.
- SEVERO, Cristine G. et al. Português e línguas bantu na educação angolana. Línguas e instrumentos linguísticos, n. 43, p. 290-307, 2019.
- SAMBÉ, Crasimir Adelino Ramos. Políticas linguísticas e o processo de ensino- aprendizagem na Guiné-Bissau. Universidade Federal de Santa Catarina, centro de comunicação e expressão. Florianópolis, 2023.
- SACALEMBE, Júlio Epalanga; DOS SANTOS SOUZA, Pedro Daniel. Políticas linguísticas em Angola: o silenciamento das línguas nacionais. Revista (Con) Textos Linguísticos, v. 18, n. 41, p. 337-360, 2024.
- TANDO, Wazeyi Eduardo Tove. A supremacia da língua portuguesa em Angola. 2023.
- Texto 03: CALVET, Louis-Jean. As políticas linguísticas. São Paulo: Parábola editorial, 2007. p. 11 - 86 (cap. 1, 2 e 3).
- Texto 04: SOUSA, Socorro Cláudia Tavares; ROCA, María del Pilar. Introdução para uma compreensão ampliada de política linguística. In: (orgs.). Políticas linguísticas declaradas, praticadas e percebidas. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.